

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 23.389.2016-60

ENTIDADE: Fundo Municipal de Saúde de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## ACÓRDÃO Nº 1.225/2017

### 2ª CÂMARA

**EMENTA: PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 4º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que intempestivamente e de forma consolidada com a Prefeitura Municipal, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR** ao **ATUAL GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TARAUAÇÁ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao Fundo de Saúde ser encaminhadas em arquivos distintos; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 26 de abril de 2017.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**  
Presidente da 2ª Câmara, para o feito

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora do MPC/TCE/AC

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 23.389.2016-60

ENTIDADE: Fundo Municipal de Saúde de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## RELATÓRIO

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TARAUCÁ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016<sup>1</sup>, cujo prazo, no tocante à remessa relativa ao 5º bimestre de 2016, era até o dia 30 de novembro do ano de 2016, nos termos do artigo 4º da mencionada Resolução<sup>2</sup>.
2. A DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, por meio da 2ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, constatou a intempestividade do envio, realizado em conjunto com as informações da Prefeitura Municipal de Tarauacá e se manifestou pela citação do Responsável, tendo em vista o descumprimento dos artigos 1º e 4º, da mencionada Resolução<sup>3</sup>.
3. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, houve a citação do Responsável, por meio do Diário Eletrônico de Contas n. 559, divulgado no dia 25-01-2017, tendo o prazo transcorrido *in albis*, embora até tenha sido concedida sua dilação.

<sup>1</sup> Dispõe sobre o envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamentos e ao controle de atos de pessoal, que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público devem fazer a este Tribunal de Contas, e dá outras providências. A mencionada Resolução foi publicada no dia 12-05-2016.

<sup>2</sup> Art. 4º Os dados de que trata o art. 1º desta Resolução deverão ser encaminhados em arquivos mensais, por meio informatizado, em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

<sup>3</sup> Art. 1º Definir que os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, deverão enviar e manter a disposição deste Tribunal de Contas, por meio informatizado, a folha de pagamento e todos os dados e informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal.

Parágrafo único. Não são objetos da presente Resolução os descontos de natureza pessoal registrados em folha de pagamento.

Processo TCE n.º 23.389.2016-60

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

4. Por fim, o MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, em manifestação subscrita por seu i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça, pronunciou-se pela aplicação de multa ao ex-Gestor.
5. É o brevíssimo Relatório.
6. Rio Branco, 26 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 23.389.2016-60

ENTIDADE: Fundo Municipal de Saúde de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

### VOTO

#### **A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):**

1. Trata-se de processo autônomo, instaurado no intuito de apurar a responsabilidade do Gestor, em razão do não envio, em meio informatizado, dos dados relacionados à folha de pagamento e ao controle de atos de pessoal do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TARAUCÁ**, em descumprimento à Resolução-TCE n. 102, de 28-04-2016.
2. O prazo previsto no artigo 4º da mencionada Resolução era 30 de novembro de 2016, tendo o Gestor apresentado as informações exigidas em 10-11 (tempestivamente) e 02-12-2016 e de forma consolidada com as da Prefeitura Municipal de Tarauacá, sendo cabível, portanto, assim como já decidido nos autos n. 22.600.2016-90<sup>4</sup>, que trataram da remessa de dados de pessoal pela Unidade, relativos aos três primeiros bimestres de 2016, recomendar ao atual Gestor o envio das informações em arquivos separados por Unidade, bem como ressaltar que esta Corte deve prosseguir no acompanhamento do cumprimento ou não da Resolução-

<sup>4</sup> **PROCESSO AUTÔNOMO. APURAR RESPONSABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO-TCE N. 102/2016. MULTA. NÃO APLICAÇÃO. ACOMPANHAMENTO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS.**

Embora constatado o não atendimento aos artigos 1º e 5º, da Resolução-TCE n. 102/2016, mas diante do envio das informações ainda que intempestivamente e de forma consolidada com a Prefeitura Municipal, é possível, excepcionalmente, afastar a multa prevista no artigo 89, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo ser observado o cumprimento ou não da mencionada Resolução, por ocasião da análise das prestações de contas da Unidade e cientificado o Gestor da forma correta de envio.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **a) DETERMINAR ao SR. GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TARAUCÁ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao Fundo de Saúde ser encaminhadas em arquivos distintos; **b) REMETER** cópia do Acórdão à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento e **c) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

(Acórdão n. 884, 1ª Câmara, j. em 16-11-2016, DEC de 09-12-2016)

Processo TCE n.º 23.389.2016-60

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

TCE n. 102/2016, nos bimestres seguintes, por ocasião da análise das prestações de contas das Unidades.

3. Quanto à noticiada intempestividade, também objeto dos autos n. 23.371.2016-01<sup>5</sup>, incluídos na pauta de julgamento desta 2ª Câmara, verifica-se que embora esteja claro o descumprimento à norma emanada desta Corte de Contas, especificamente quanto ao prazo de envio, constatou-se que os dados solicitados foram encaminhados em meio informatizado, sendo possível, portanto, e excepcionalmente, afastar a multa prevista, uma vez que se trata de norma recente e os ajustes necessários a sua observância parecem ter sido buscados pelo Responsável.

4. Isso posto, e considerando o encerramento do exercício de 2016, **VOTO** pela:

a) **DETERMINAÇÃO** ao atual **GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TARAUCÁ** que observe as obrigações previstas na Resolução-TCE n. 102/2016, especialmente os artigos 1º e 4º, sob pena de responsabilidade, nos termos do artigo 8º da mencionada norma, devendo as informações relativas à Prefeitura Municipal e ao Fundo de Saúde ser encaminhadas em arquivos distintos;

b) **REMESSA** de cópia do Acórdão que vier a ser proferido à **DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**, para acompanhamento;

c) após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao **ARQUIVO**.

5. É como **VOTO**.

6. Rio Branco, 26 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora

<sup>5</sup> O objeto é a apuração de responsabilidade pelo não envio, pela Prefeitura Municipal de Tarauacá, da folha de pagamento e demais informações necessárias ao acompanhamento das despesas de pessoal, referentes ao 5º bimestre de 2016, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.  
Processo TCE n.º 23.389.2016-60

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE N° 23.389.2016-60

ENTIDADE: Fundo Municipal de Saúde de Tarauacá

NATUREZA: Apurar responsabilidade

OBJETO: Apurar responsabilidade pelo não envio das remessas dos meses de setembro e outubro, em descumprimento à Resolução TCE/AC n. 102/2016.

RESPONSÁVEL: Rodrigo Damasceno Catão

RELATORA: Cons.<sup>a</sup> Dulcinéia Benício de Araújo

## CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado pela 2ª Câmara desta Egrégia Corte na 50ª Sessão Ordinária realizada no dia 26 de abril do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Ronald Polanco Ribeiro**, **Dulcinéia Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia** e, como Representante do Ministério Público de Contas, a Dra. **Anna Helena de Azevedo Lima**. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 34)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**  
Relatora